

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO BRASIL: “PLÁGIO” E “(CO)AUTORIA” NAS CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE LÍNGUAS

OPEN EDUCATIONAL RESOURCES IN BRAZIL: “PLAGIARISM” AND “(CO)AUTHORSHIP” IN THE CONCEPTIONS OF LANGUAGE TEACHERS

Alan Ricardo Costa*

Vilson José Leffa**

Vanessa Ribas Fialho***

André Firpo Beviláqua****

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é averiguar as concepções de docentes brasileiros sobre “plágio” e “(co)autoria” de Recursos Educacionais Abertos (REAs). O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, envolvendo 10 professores de línguas das regiões Sul e Nordeste do país. Após um curso de capacitação para (co)produção de REAs, os educadores foram entrevistados individualmente. Os resultados indicam que professores: (a) têm medo de cometer plágio, (b) desconhecem (ou ignoram) algumas leis de direitos autorais, (c) e concordam com a necessidade de investir nos Sistemas de Autoria Abertos (SAA), que facilitam o trabalho docente de adaptar/referenciar a autoria original de recursos em nuvem.

PALAVRAS-CHAVE: Recursos Educacionais Abertos; plágio; autoria; Sistema de Autoria Aberto; internet.

ABSTRACT: The objective of this research is to ascertain the conceptions of Brazilian teachers about “plagiarism” and “(co)authorship” of Open Educational Resources (OERs). The study is characterized as a qualitative research, involving 10 language teachers, from the South and Northeast regions of Brazil. After an online training course for the (co)production of OERs, teachers were individually interviewed. Results indicate that teachers: (a) are afraid of committing plagiarism, (b) are unaware of (or

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com bolsa CAPES. Mestre em Letras/Linguística Aplicada, pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

** Professor visitante e pesquisador colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professor aposentado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade do Texas.

*** Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

**** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com bolsa CAPES. Mestre em Letras/Linguística Aplicada, pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

ignore) some copyright laws, (c) and agree on the need to invest in Open Authoring Systems (OASs), which facilitate the teacher's work of adapting/referencing the original authorship of cloud resources.

Keywords: Open Educational Resources; plagiarism; authorship; Open Authoring System; internet.

1. Introdução

Recursos Educacionais Abertos (REAs) são materiais de ensino, aprendizagem e pesquisa em quaisquer suportes (digitais ou outros) situados em domínio público, ou divulgados com licença aberta que permita acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma ou pouca restrição (UNESCO, 2012). Pela contribuição que tais recursos podem aferir às práticas educacionais, em termos de colaboração, compartilhamento e emergências de epistemologias em rede (Costa, 2016), a popularização dos REAs é uma tendência global (Santos, 2013).

Por conseguinte, em inúmeros países emerge o movimento para uma Educação Aberta, caracterizado como um conjunto de práticas sociais e políticas de busca por alternativas sustentáveis para romper barreiras no direito a uma educação de qualidade (Amiel, 2012). O estado da arte sobre a produção colaborativa e o compartilhamento de REAs – uma das bandeiras centrais no movimento para uma Educação Aberta – já está sendo registrado, e não apenas em um restrito circuito europeu ou de países de língua inglesa: diferente de outras propostas educacionais anteriores, o movimento para uma Educação Aberta e os projetos de REAs também estão em desenvolvimento em nações como China, Japão, Rússia, Armênia, Cazaquistão, Ucrânia e Vietnã, entre outros (Santos, 2011). O Brasil, acompanhando a tendência global, já conta com projetos de produção, armazenamento e uso de REAs, principalmente na forma de repositórios online (Beviláqua *et al.*, 2017; Leffa, 2016; Santos, 2013) e de capacitação docente para o ensino mediado por tecnologias educacionais “em nuvem” na forma de recursos abertos (e.g. Beviláqua, 2017; Costa, 2016).

Em cada país, no entanto, os REAs e o movimento para uma Educação Aberta vão englobar questões próprias, particulares, sobretudo no que concerne às políticas públicas nacionais. No Brasil, dentre as discussões mais usuais estão as questões envolvendo direito autoral e plágio (Krokosczyk, 2011), que não são novas, e já emergiam desde o advento da Internet (Barbastefano e Souza, 2007), antes mesmo do conceito de REA e sua popularização.

É necessário destacar que os REAs não negligenciam a autoria de materiais de ensino, embora vivamos uma época em que o sólido e irrefutável conceito de “autor”, da modernidade, está cedendo lugar ao subjetivo conceito de “coautor”, da pós-modernidade (Krokosczyk, 2015). Por um lado, REAs possibilitam a coautoria (com revisão, reuso, redistribuição e remixagem); por outro, exigem respeito e referência à autoria de forma legal (Costa, 2016). Nesse contexto complexo, a questão da (co)produção de REAs para o ensino de línguas demanda a averiguação do grau de consciência sobre o tema por parte de professores (co)autores e usuários de materiais online, pois o (des)conhecimento ou a negligência do respeito à autoria podem configurar plágio e crime (na pior das hipóteses) ou desperdício do potencial colaborativo dos REAs (na melhor delas).

Este trabalho tem como objetivo averiguar as concepções e as crenças de professores brasileiros de Português (Língua Materna), Inglês (Língua Estrangeira) e Espanhol (Língua Estrangeira e/ou Segunda Língua) sobre “plágio”, “coautoria” e “coprodução” na produção de materiais de ensino. Com tal objetivo, pretendemos contribuir: (1) com o alinhamento das perspectivas envolvendo REAs e das políticas públicas nacionais e diretrizes envolvendo plágio e autoria; (2) com a cartografia das concepções teóricas e das práticas educacionais abertas de docentes brasileiros; e (3) com o estabelecimento de diálogo entre o Brasil e outros países nos quais os debates envolvendo a (co)autoria de REAs possam levar a desafios semelhantes.

2. Metodologia: formação de educadores para o uso de REAs

O interesse pelo tema da presente pesquisa nasceu de um estudo anterior (Costa, 2016), cujo objetivo maior foi a investigação da postura adotada por

professores – se “na” ou “em” rede¹ – a partir da proposição, implementação e avaliação de dois cursos online de formação continuada para o trabalho com REAs no ensino e na aprendizagem de línguas. Sobre esses dois cursos de formação docente, cumpre elucidar: o primeiro foi destinado a professores atuantes e egressos do curso de Letras – Espanhol da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em convênio com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na modalidade Educação a Distância (EaD); o segundo, destinado a professores de línguas vinculados ao curso de graduação em Letras e ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).² A avaliação desses dois cursos foi necessária para, assim, ser possível a catalogação de uma amostra significativa e representativa de docentes de línguas do Brasil, a considerar que a pesquisa contempla práticas e concepções teóricas de diferentes professores-cursistas, com diferentes formações, e atuantes em duas regiões distintas do país: Sul e Nordeste. Tendo em vista o tamanho continental do Brasil, um contexto mais homogêneo ou reduzido poderia ilustrar apenas dados muito particulares e próprios de determinada região, o que inviabilizaria um debate mais amplo e nacional.

Interessa, para esta pesquisa, um dos procedimentos metodológicos de coletas de dados empregados em Costa (2016): a “entrevista em profundidade”, ou *in-depth interview* (Duarte, 2005; Guion, Diehl e McDonald, 2001). Dentre os tipos possíveis de uma entrevista na pesquisa qualitativa em educação, a saber, “aberta”, “fechada” ou “semiestruturada” (Bogdan e Biklen, 1994), optou-se por esta última. A entrevista semiestruturada não é nem totalmente aberta e livre, o que dificulta a análise de determinadas respostas e temas, nem totalmente fechada, o que pode romper com parte da espontaneidade do entrevistado em estruturar ou acrescentar novos tópicos à discussão.

Considerando que o escopo maior, em Costa (2016), era a popularização das práticas colaborativas envolvendo REAs no caso de docentes de línguas, e que os objetivos específicos recaíram sobre as práticas de (re)produção e adaptação de

¹ Em suma, a perspectiva de “professores *na* rede” é menos colaborativa que a de “professores *em* rede”. Ainda que a Web seja colaborativa em essência, docentes *na* rede não necessariamente colaboram (co)produzindo e compartilhando materiais educacionais (Costa, 2016).

² Informações mais pontuais sobre os cursos podem ser contempladas em Anexo 1 (Tabela 1).

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

materiais elaborados entre os professores-cursistas, questões mais teóricas envolvendo “plágio” e “(co)autoria” não foram abordadas mais detalhadamente, embora tenham emergido durante as entrevistas. Assim, a partir dessas entrevistas semiestruturadas – gravadas e armazenadas para servir de *corpus* em pesquisas posteriores –, mapeamos concepções e crenças subjacentes às respostas dos professores-cursistas para três questionamentos pontuais: (1) O que você entende por “plágio”?; (2) O que você entende por “(co)produção”?; (3) O que você entende por “(co)autoria”? As respostas para tais questões são resgatadas e analisadas, aqui, com base em pesquisas nacionais e internacionais envolvendo REAs (e.g. Leffa, 2016; Litto, 2009), e também com o suporte de diretrizes e normas legais para a produção autoral no país (Brasil, 1998).

Cabe reiterar que, neste estudo, entenderemos como “sujeitos de pesquisa” o grupo de 10 (dez) professores-cursistas entrevistados em Costa (2016), sendo 6 (seis) deles participantes do primeiro curso, ou Curso 1 (Sul), e 4 (quatro) do segundo, Curso 2 (Nordeste). Todos os professores-cursistas, quando mencionados neste artigo, têm sua identidade preservada a partir do uso de códigos, envolvendo as letras P (de Participante) e C (de Curso), combinadas a números. “P5C1”, por exemplo, é o código para “Participante 5 do Curso 1”, enquanto que “P1C2” é o código para “Participante 1 do Curso 2”.

3. Entre a Lei do Direito Autoral e o plágio no Brasil

É necessário considerar a possibilidade, bastante plausível, de que ainda há lacunas de informações para os professores de línguas brasileiros no que concerne tanto à Lei 9.610 (conhecida como “Lei do Direito Autoral”) quanto à questão do plágio na academia (Barbastefano e Souza, 2007; Pithan e Vidal, 2013) e no meio digital. Do mesmo modo, é possível interpretar que o trabalho com a (re)produção de REAs online e a apropriação de um material produzido por terceiros pode ser cerceado pelo receio de uma postura, da parte dos educadores, considerada criminosa ou antiética com relação a esses temas.

A Lei do Direito Autoral, Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, é aquela que, conforme consta em seu Art. 1º, “regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos” (Brasil, 1998). O Art. 5º dessa Lei ainda aponta o entendimento de “obra”, fundamental para a discussão. Conforme consta no inciso VIII, uma obra pode ser caracterizada como:

- a) em co-autoria - quando é criada em comum, por dois ou mais autores;
- b) anônima - quando não se indica o nome do autor, por sua vontade ou por ser desconhecido;
- c) pseudônima - quando o autor se oculta sob nome suposto;
- d) inédita - a que não haja sido objeto de publicação;
- e) póstuma - a que se publique após a morte do autor;
- f) originária - a criação primígena;
- g) derivada - a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária;
- h) coletiva - a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma;
- i) audiovisual - a que resulta da fixação de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo, bem como dos meios utilizados para sua veiculação (Brasil, 1998).

Todas essas formas de classificação estão respaldadas pela legislação. Ainda assim, admite-se que muitos podem desconhecer ou ignorar tal Lei, sendo ela, hoje, mais indiretamente conhecida pelo uso de *copyright*. O *copyright* (conhecido pelo símbolo ©, já bastante popular nos canais midiáticos) foi originado no sistema *common law*, de origem anglo-saxônica para designar o que é permitido fazer com determinada obra. Nesse ponto, é importante destacar que o *copyright* não é o mesmo que direitos do autor, haja vista que “o primeiro se destina aos direitos de quem quer se apropriar de uma obra, enquanto o segundo se destina aos direitos de quem a produziu” (Costa, 2016:79).

No mesmo caminho das discussões referentes à Lei 9.610, o debate sobre “plágio” não é novo (Barbastefano e Souza, 2007). Tal pauta tem sido levantada, mais recentemente, no âmbito institucional (Pithan e Vidal, 2013), por órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que recomenda, com base em orientações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que as instituições de ensino brasileiras adotem tanto políticas de

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

conscientização e informação sobre o respeito e a preservação da propriedade intelectual quanto procedimentos específicos que visem coibir tal prática. Essa abordagem recomendada por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), entretanto, tem sido incipiente ou mesmo constrangedora. Segundo Krokosz (2011), algumas universidades cometem plágio direto, inclusive em seus documentos oficiais que orientam sobre a necessidade de combater o plágio.

Em 2011, a CAPES, em concomitância com a proposição da Comissão Nacional de Relações Institucionais e da Seccional da OAB/Ceará (nº 2010.19.07379-01), aprovada pelo referido Conselho em sessão plenária em 19 de outubro de 2010, divulgou nota³ ressaltando que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o advento da internet facilitam o acesso irrestrito a inúmeros bancos de dados, oficiais e particulares. Nesse ínterim, algumas distorções advindas de tal facilidade de acesso “têm gerado preocupações sobre a prática nociva de copiar e colar textos”, segundo a nota divulgada.

Logo, conforme aponta Costa (2016), é possível perceber que os referidos debates estão atrelados à *cibercultura* (Lévy, 1999) e às pautas referentes aos recursos didáticos disponíveis na internet, principalmente aos materiais abertos (ou fechados e protegidos, com todos os direitos reservados). Mostra-se, portanto, pertinente que pesquisadores (Leffa, 2016; Lima e Rodrigues, 2014; entre outros) abordem o assunto em paralelo “com as questões de (co)autoria, (re)produção de materiais didáticos, repositórios online (abertos ou fechados) de recursos multimidiáticos e REAs” (Costa, 2016:80).

A recomendação de Santos (2011; 2013) é de que os direitos de propriedade intelectual de repositórios e projetos de REAs existentes sejam alinhados com licenças livres, para garantir a consistência dos direitos de uso, distribuição, e adaptação dos recursos educacionais neles disponíveis, evitando que as questões legais prejudiquem o trabalho docente ou intimidem o professor, fazendo-o reconsiderar ou evitar as práticas de coautoria e (re)produção de REAs. Enquanto isso não for assegurado, a realidade do professor de línguas continuará sendo aquela

³ Ver maiores informações em <<https://ufba.br/noticias/capes-divulga-orienta%C3%A7%C3%B5es-para-combate-ao-pl%C3%A1gio>>.

descrita por Lima e Rodrigues (2014), sobre as dificuldades atuais no ensino da língua com a inflexibilidade da Lei 9.610 do Direito Autoral. Tais autoras elucidam que as práticas abertas inerentes aos REAs (práticas de colaborações, remixagem, compartilhamento, personalização, tradução...) designam práticas novas, em maior consonância com o ambiente em rede. “Contudo, essas práticas, ainda hoje, comumente infringem os direitos de autoria” (Costa, 2016:80).

A conclusão é categórica: a Lei 9.610 é, por assim dizer, ignorada por professores de línguas (Lima e Rodrigues, 2014). É uma lei em desuso, por pouco refletir os empregos contemporâneos que fazemos – docentes e discentes – de recursos online (ver Costa, 2016). Enquanto a supracitada lei vigorar no Brasil, professores de língua e educadores como um todo estarão à margem de uma cultura “aprimorada”, cujas aulas continuarão a ser planejadas com obras e recursos sem a devida permissão do autor, ainda que tal prática seja um crime (Lima e Rodrigues, 2014:402).

Uma alternativa para a questão seria a opção por um trabalho autoral respaldado legalmente pelos selos da *Creative Commons* (CC).⁴ Por tratar-se de uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento através de licenças (instrumentos jurídicos) gratuitas, a *Creative Commons* pode auxiliar na questão autoral:

Nossas licenças de direitos autorais livres e fáceis de usar fornecem uma maneira simples e padronizada para dar ao público permissão para compartilhar e utilizar o seu trabalho criativo – sob condições de sua escolha. As licenças CC permitem você alterar facilmente os seus termos de direitos autorais do padrão de “todos os direitos reservados” para “alguns direitos reservados”. (Creative Commons, n. d.)

Atualmente, temos opções variadas de selo CC⁵ para serem acrescentados aos recursos e materiais, com vistas à universalização e formalização do acesso livre e aberto à pesquisa, educação e cultura. Isso é possível, sobretudo, graças à internet. Nesse viés, o uso e o compartilhamento de materiais devidamente acompanhados dos selos CC facilitarão o trabalho do professor ao deixá-lo tranquilo quanto às

⁴ Ver mais informações em: <<https://br.creativecommons.org/>>.

⁵ A tabela com selos CC disponíveis na Web e oficializados pelo sistema pode ser vista no Anexo 2.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

questões legais: autoria e termos de usos de determinados materiais ficam explícitos pelo selo empregado.

É necessário, contudo, fazer uma cisão entre (1) o respeito às licenças CC – no âmbito geral da Lei dos Direitos Autorais e do entendimento por parte dos usuários da Web do que pode ou não ser feito com tal material – e (2) as crenças sobre plágio. Se a primeira – a questão legal e o (des)cumprimento da Lei 9.610 – não é entendida pelos professores como um entrave ao trabalho colaborativo e em rede (coautoria e coprodução), talvez a segunda seja, pois uma questão não necessariamente precede a outra (Costa, 2016). Dito de outra forma: um professor, em função de suas crenças, mesmo que respaldado por um selo CC que permita a cópia, pode sentir-se receoso de fazê-lo, em função da carga altamente negativa por trás da prática de “cópia”. Além disso, como bem aponta a literatura da área (e.g. Krokosz, 2015), o plágio ainda é um tema rodeado por impressões subjetivas, sem que os limites éticos e legais estejam bem demarcados e delimitados, como acontece com a Lei 9.610.

4. O que dizem os professores de língua sobre “plágio”?

Nas entrevistas semiestruturadas realizadas e apresentadas em Costa (2016), foi questionado aos professores-cursistas, participantes do estudo, o que eles entendiam por “plágio”. As noções pessoais e crenças relativas a essa prática podem ser de grande importância para compreender se docentes não se apropriam e adaptam REAs na Web por receios pessoais e profissionais. Ainda que talvez muito divergentes entre si – pois professores com diferentes formações possivelmente possuam crenças variadas sobre o plágio –, as perspectivas dos docentes podem ter aspectos em comum, sobretudo em função do contexto no qual eles se encontram: o contexto acadêmico, no qual são comuns as iniciativas que tentam legalizar as práticas abertas, a colaboração e a legalização da apropriação respeitando a autoria. Como salienta Krokosz (2015):

Popularmente conhecido como apropriação indevida de obra ou conteúdo alheio, o plágio está relacionado diretamente ao cotidiano acadêmico caracterizado como prática desonesta, incompatível com o escopo universitário de criação e desenvolvimento do conhecimento. (Krokosz, 2015:2)

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

No espaço universitário, por meio de normas de periódicos acadêmicos para o aceite de artigos, eventos acadêmicos que normatizam regras para a atribuição de autoria de um trabalho, notas da CAPES e de outros órgãos e discussões sobre referências bibliográficas, os professores acabam deparando-se, cada vez mais frequentemente, com a pauta “plágio”, ainda que “sem maiores elucubrações sobre o tema” (Costa, 2016:82).

Soma-se a isso o fato de que a infâmia atrelada a quem comete plágio é impiedosa (Krokosczyk, 2015). As instituições de ensino ao redor do mundo concordam que o plágio pode acontecer “de forma intencional, quando a fraude autoral é feita de forma deliberada, ou acidental, sem que haja a intenção deliberada do redator em apropriar-se indevidamente de um conteúdo alheio” (*idem, ibidem*). Há, todavia, pouca distinção no tratamento dispensado aos que comentem plágio, seja no caso intencional ou não, no sentido de que ambos podem implicar em problemas legais, recriminação e punições de variadas ordens, o que justifica os receios e temores por parte dos professores.

O medo de que um trabalho docente seja tachado como “plágio” e, por conseguinte, seja punido, pode levar os professores a ampliarem o conceito de modo indevido. Tomemos como exemplo as crenças e concepções particulares sobre plágio da cursista P2C1:

Plágio, pra mim, é copiar o que não é seu. Um bom exemplo que tenho disso foi quando eu fiz um curso de design de móveis, e cada projeto que eu ia fazer eu tinha que antes ir em cartório fazer autenticação, porque qualquer pessoa poderia copiar meu trabalho. Quanto a material didático, plágio para mim seria copiar algo pronto e não mudar nada, como por exemplo você pegar um texto pronto e não fazer nenhuma alteração.⁶

Há, no discurso da professora, a questão da não adaptação, da apropriação de um material com o qual o professor não despendeu seu tempo e sua contribuição intelectual. Legalmente, isso não consta na definição de plágio, que se restringe muito mais à sonegação da autoria do que à não reformulação do conteúdo. O P5C1

⁶ Este e os demais depoimentos mencionados ao longo do artigo, assim como outros depoimentos dos professores entrevistados, podem ser conferidos em Costa (2016).

também tem essa concepção: “Por plágio, eu entendo uma determinada situação que a gente pega algo *já pronto* e não citamos o autor, quem realmente fez esse trabalho”.

A ideia de que é condenável o material didático “pronto” (não adaptado) pode, por um lado, ser interpretado positivamente: afinal, o aconselhável é que cada material didático seja pensado em ciclos recursivos de análise, desenvolvimento, implementação e avaliação (Leffa, 2008) de grupos específicos de estudantes, com seus próprios objetivos educacionais. E isso também está presente em abordagens de língua ainda em voga, como a Abordagem Comunicativa (Leffa, 1988), que coloca o educando, seus objetivos, suas necessidades e suas especificidades no centro do processo de aprendizagem, e não mais o educador. Esse parece ser o pensamento subjacente ao depoimento de P2C1:

[...] para mim [plágio] não é tirar ideias, e sim fazer na íntegra o que uma pessoa já fez. Embora copiar e colar trabalhos já prontos da internet não é algo que eu goste, nem um pouco, eu não vejo isso como um plágio na educação, eu vejo isso como uma troca de informações entre professores.

Por outro lado, a questão da obrigatoriedade da adaptação também pode ser considerada negativa, pois passa uma ideia demasiado contraproducente do professor que, se não trabalhou, se não reservou seu tempo e não se dedicou intelectualmente àquele material, não parece ser merecedor de usá-lo. Assume-se, aqui, um caráter de sacrifício e meritocracia envolvendo a produção de material didático para o ensino de línguas: o professor deve sacrificar tempo de produção para merecer usar um material.

O movimento REA também se legitima na tentativa de contribuir com o trabalho docente, em suas muitas dimensões, incluindo facilitação do trabalho e otimização do tempo de produção. Nesse viés, é possível que o professor encontre um material adequado a dois ou mais grupos semelhantes de estudantes, e que demande pouca ou nenhuma adaptação do material. É o caso hipotético da professora do ensino médio que, em uma mesma escola, atende três turmas do primeiro ano do Ensino Médio, com grupos assemelhados em nível de adiantamento na língua, objetivo de aprendizagem, interesses e número de estudantes, por exemplo. Perder-se-ia muito do potencial colaborativo dos REAs se a professora obrigatoriamente precisasse

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

mexer no conteúdo do recurso somente para que isso não se caracterize como plágio (ou autoplágio, neste exemplo).

Seja o plágio considerado intencional ou não, as punições legais atribuídas aos julgados como plagiadores não só vêm se tornando mais pesadas, como também mais frequentes. A perspectiva adotada no presente artigo não é a de flexibilização do plágio, que consideramos uma prática que deve ser, de fato, erradicada. Contudo, reiteramos a necessidade de maior aprofundamento da discussão entre a classe docente, tanto para que professores possam saber o que é considerado válido e aceitável na academia quanto para que o conceito de plágio não abarque elementos aos quais não é devido, como a necessidade forçosa de modificação do material.

É necessário pensar em alternativas para facilitar a compreensão do professor quanto à sua função na (re)produção de materiais didáticos. Sobre isso, P6C1 comenta:

Relacionado ao material didático, muitas coisas podem configurar plágio. Nessa questão, como, por exemplo, eu posso entrar em algum site, pegar toda uma atividade e colocó no meu material, como se fosse meu, eu estaria me apropriando de um material didático que não é meu, ou seja, um plágio. Um outro exemplo, pode ser um simples objeto de atividade que eu pego de um lugar e colocó no meu material sem disponibilizar a autoria. Porém, eu não acho que seja plágio usar um material que seja de um site de recursos de materiais abertos que eu tenho a liberdade de usar o material para minhas atividades, desde que sempre seja mencionada a autoria.

O posicionamento de P6C1 corrobora a proposta de que uma parcela maior de responsabilidade deve recair mais sobre os órgãos públicos, coletivamente, que sobre os professores, individualmente. O papel dos projetos, repositórios e ações envolvendo os REAs e suas aberturas legais, nesse caso, seria o de não apenas abrir os materiais, mas facilitar o entendimento dos professores quanto às aberturas proporcionadas e à autoria. Santos (2011; 2013) advoga em favor dos professores, nesse sentido, ao sinalizar a importância de uma reformulação dos repositórios e portais educacionais, bem como de qualquer material disponibilizado na Web.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

5. Apostando nos repositórios online e nos Sistemas de Autoria Abertos

Temos, no Brasil, um conjunto amplo de repositórios, como o Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE)⁷ e inúmeros outros, que dispõem recursos educacionais na Web para professores e estudantes. Há entre esses projetos, todavia, discrepâncias no tipo de licença e na apresentação das informações do que pode ou não ser feito pelos visitantes que acessam os Websites (Santos, 2013). A consequência é termos, na atualidade, repositórios e portais educacionais permeados mais por objetos digitais que, de fato, por REAs, pois falta a estes as necessárias licenças (*idem, ibidem*).⁸

Uma das poucas exceções é, possivelmente, o Portal EduCapes⁹, desenvolvido pela CAPES para ofertar à comunidade acadêmica REAs em temas e formatos variados, compreendendo desde a educação básica até a pós-graduação. Em seu acervo, o usuário encontra centenas de objetos de aprendizagem, incluindo textos, livros didáticos, vídeo-aulas, áudios, artigos de pesquisa, teses de doutorado, dissertações de mestrado, imagens e quaisquer outros materiais de pesquisa e/ou ensino que estejam licenciados de maneira aberta, publicados com autorização expressa do autor ou, ainda, “que estejam sob domínio público” (Costa, 2016:85).

Quando trabalhamos com REAs oriundos da Web (ou, mais especificamente, de portais educacionais e repositórios virtuais, que apresentem tanto a licença em jogo quanto a autoria do material – do todo e/ou das partes que o compõe), de certo modo, driblamos os dois principais problemas com os quais lidam o professor de língua: a configuração de “plágio” e a infração da lei de direito autoral. Novamente, isso se dá porque a situação inverte-se de tal modo que a responsabilidade deixa de ser do professor, que recorre a tais Websites, e passa a ser dos produtores e mantenedores de tais recursos, que se tornam (ou, ao menos, deveria ser assim) os responsáveis por se preocupar mais efetivamente com as ferramentas buscadas pelos docentes (Costa, 2016). No Brasil, este é o movimento que aparenta ser mais profícuo:

⁷ Disponível em: <<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>>.

⁸ Além das licenças, deve ser pontuada a questão das superações de barreiras técnicas para a adaptação. Partilhamos da ideia de que repositórios de REAs devem facilitar a adaptação do material no viés técnico.

⁹ Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/>>.

quanto menos demanda e preocupação com aspectos formais, mais o docente pode ocupar-se de pensar o material didático para o ensino e para a aprendizagem de forma livre, inovadora e criativa. Enquanto essa realidade não se efetiva na prática, contudo, o professor segue sendo um profissional com práticas marginais (Costa, 2016; Lima e Rodrigues, 2014).

Parece ser uma alternativa viável ao problema a aposta nos Sistemas de Autoria Abertos (SAA), ou seja, nos sistemas baseados nos princípios da colaboração em massa e desenvolvido para facilitar a produção, a adaptação e o licenciamento dos REAs. O conceito de SAA, recentemente cunhado por Beviláqua *et al.* (2017), abarca as ferramentas de autoria de materiais didáticos que possibilitem ao professor-autor o uso indiscriminado das quatro potencialidades (ou “os quatro níveis de abertura”) de REAs, conforme discutidos por Hilton, Johnson, Stein e Wiley, (2010), a saber: (1) o Reuso, (2) a Revisão, (3) a Remixagem e a (4) Redistribuição (Beviláqua *et al.*, 2017).

O SAA empregado nos cursos de capacitação para o trabalho colaborativo entre docentes – não apenas em Costa (2016), mas também em outras pesquisas (Beviláqua, 2017; Leffa, 2012) – é o sistema Ensino de Língua Online (ELO). O ELO¹⁰ é uma ferramenta desenvolvida inicialmente em meados dos anos 2000, mas que, em 2012, evoluiu para um sistema totalmente on-line, “em Nuvem”. Enquanto a primeira versão do ELO demandava download do software e instalação no próprio computador, para uso individual, a segunda versão, chamada “Cloud”, é compartilhada e acessível a todos os usuários de forma simultânea e integrada, “em rede” (Costa, 2016).

O ELO em Nuvem destaca-se por: (a) estar totalmente online (Costa, 2016; Leffa, 2012); (b) ser, ao mesmo tempo, uma ferramenta de autoria para o professor e um repositório de atividades (Leffa, 2012); (c) ser totalmente gratuito (Costa, 2016); e (d) ser especificamente desenvolvido para o ensino de línguas, aspecto que implica, entre outros fatores, em oferecer atividades que servem a esse propósito (Beviláqua *et al.*, 2017).

A grande evolução do ELO original para sua versão em Nuvem, contudo, radica de forma mais acentuada, primeiramente, em sua possibilidade de “cópia” e

¹⁰ Disponível em: <<http://www.elo.pro.br/cloud/>>.

“adaptação” de atividade, e, em segundo lugar, no seu trabalho com os selos CC. No que tange à capacidade de adaptação de recursos, cumpre elucidar: um autor, ao produzir um material didático no ELO em Nuvem, permite, quando assim o deseja, que esse mesmo material fique disponível em um repositório on-line acessível a outros professores-produtores de materiais, que podem “duplicar” a atividade e, então, adaptar a duplicata. A versão original do material didático produzido (jogo online, webquest, quiz, etc.), da qual podem surgir adaptações em diferentes níveis, fica guardada no repositório on-line, e só pode ser modificada pelo próprio autor, garantindo, assim, a sua autoria. As adaptações feitas surgem como novas versões da atividade original, deixando-a intacta no sistema (Beviláqua *et al.*, 2017).

No que concerne ao trabalho com os rótulos eletrônicos da CC, vale repetir a recomendação de Santos (2011; 2013): os direitos de propriedade intelectual dos repositórios devem ser alinhados com licenças livres, para garantir a consistência dos direitos de uso, distribuição e adaptação dos recursos educacionais neles disponíveis. A forma encontrada pelo ELO em Nuvem e sua equipe de pesquisadores para adequar-se à questão foi a disponibilização de uma alternativa padrão de licenciamento dos recursos. Ao entrar em seu perfil, na categoria “professor”, o usuário, quando no momento de (re)produzir um determinado material didático para o ensino de línguas, é questionado sobre a possibilidade de compartilhamento do recurso, como pode ser visto na Figura 1:

Figura 1. Tipo de licença CC no ELO em Nuvem.

The screenshot shows the ELO Cloud interface for creating a new module. At the top, there is a navigation bar with a home icon, 'Professor', 'Criar uma nova atividade.', and 'Criar um novo módulo para esta atividade.' Below this, the main content area is titled 'Criar um novo módulo para esta atividade.' and contains the instruction 'Selecione o Tipo e crie um Título significativo, fácil de localizar mais tarde.' The form has two main sections: 'Tipo' with a dropdown menu showing 'Selecione', and 'Título (Crie um que reflita o conteúdo.)' with a text input field. Below these is a question 'Você licencia este módulo (CC BY-NC)?' with two radio buttons, 'Sim' (selected) and 'Não'. This question and its options are circled in red. At the bottom left is a 'VOLTAR' button and at the bottom right is an 'OK' button with a green checkmark.

Fonte: adaptado de Costa (2016). Disponível em: <<http://www.elo.pro.br/cloud/>>.

O questionamento “Você licencia este módulo (CC BY-NC)?” é obrigatório aos usuários do ELO na etapa de (re)criação de um novo recurso. A escolha entre as opções “sim” ou “não” leva o material a ficar disponível (ou invisível/não disponível) para terceiros, sempre respeitando a autoria intelectual do material (BY) e proibindo, formalmente, qualquer tipo de comercialização ou lucro capital sobre o recurso (NC, Não Comercial). (Costa, 2016:42, 43)

Uma forma de ponderar sobre a validade da contribuição do ELO em Nuvem no que diz respeito à questão do plágio envolvendo a produção de REAs por parte de professores é fazer o caminho inverso: partir do discurso dos docentes para, na sequência, avaliar se o SAA dá conta, ao menos parcialmente, das questões subjacentes às crenças sobre plágio. Como a maioria das respostas apresentadas pelos professores-cursistas entrevistados combina com a da P1C1, o discurso dela será empregado aqui como um “representativo” dos depoimentos de modo geral. Segundo a P1C1, “plágio” ocorre:

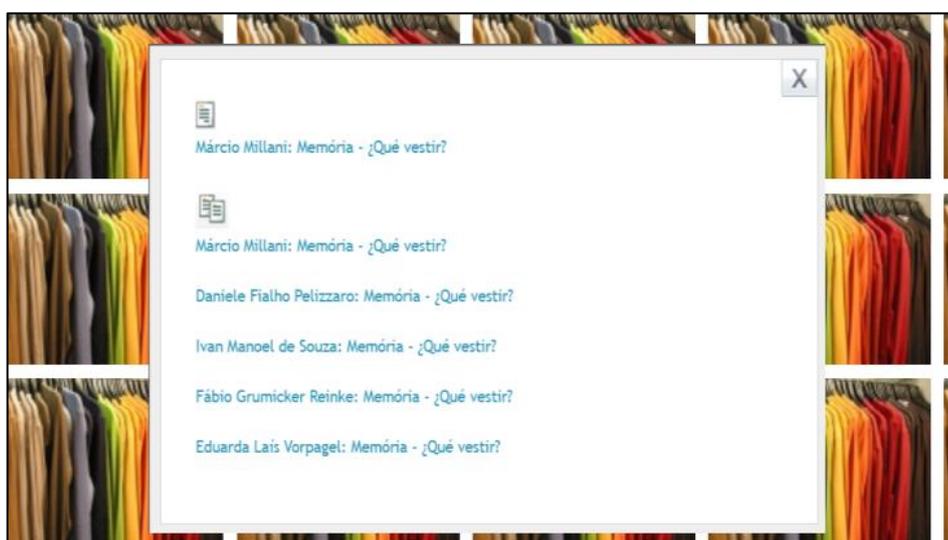
[...] quando eu utilizo a “voz” de outra pessoa, e repasso ela como se fosse minha, como se eu fosse a autora daquela voz; seria uma apropriação. Além disso, eu não dou os devidos créditos a essa pessoa que é a verdadeira dona dessa “voz”.

Há dois pontos a serem considerados na resposta de P1C1. A primeira é referente à apropriação indevida – numa dimensão ética – de um algo pertencente ao

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

outro. A segunda é referente à falta de créditos e ao desrespeito à autoria original. Ambas são solucionadas, em grande medida, pelo sistema ELO, não só por via do selo CC, mas também pela indicação do autor original e dos coautores posteriores. Como pode ser observado na Figura 2, no ELO em Nuvem há um botão “Autor” que, quando selecionado, abre uma janela que apresenta a autoria original do material e, por conseguinte, a lista de educadores que importaram o recurso e fizeram (ou não) as modificações que lhes pareciam pertinentes.

Figura 2: Ferramenta de identificação de (co)autoria dos REAs no ELO em Nuvem.



Fonte: dos autores. Disponível em: <<http://www.elo.pro.br/cloud/>>.

Desse modo, o SAA soluciona a questão da licença em jogo, padronizando todos os materiais automaticamente com um mesmo selo CC; e também rompe com a visão tradicional referente ao plágio, automatizando a referência ao autor original do material desenvolvido. É notória a inversão dos papéis: relativizam-se os encargos do professor quanto à preocupação com o estar sendo ou não antiético ou criminoso, já que tal atribuição fica por conta do software (Costa, 2016).

Corroborar essa perspectiva o fato de que nenhum dos professores entrevistados titubeou ou ficou em dúvida com relação ao conceito de plágio em se tratando da adaptação de materiais do ELO em Nuvem: todos concordaram que o plágio não é uma prática que se concretize no ELO, não só por a autoria original do material manter-se registrada e regularizada via licença CC, mas também porque o

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

sistema tem fins colaborativos e se retroalimenta pela importação de uma atividade produzida por alguém e reusada (com ou sem adaptações, em maior ou menor escala) por terceiros.

6. (Co)produção e (co)autoria para professores brasileiros

Além do conceito de “plágio”, também foi perguntado aos professores-cursistas, em Costa (2016), o que cada um deles entendia por “coprodução” e “coautoria”. O segundo termo, mais popular que o primeiro, costuma ser empregado em chamadas abertas para publicação em periódicos acadêmicos ou anais de congressos no Brasil. O termo “Coprodução”, por sua vez, está mais em voga na literatura específica sobre REAs, justamente por expressar a ideia de uma produção colaborativa entre os sujeitos.

Nota-se, nas variadas respostas, que os professores-cursistas, assim como foi com o conceito de “plágio”, possuem crenças particulares que os permitem arriscar-se a tentar explicar o que entendem por “coprodução” e “coautoria” (Costa, 2016:86). É o caso de P4C2, que entende que coprodução é “produzir em conjunto”:

Às vezes, quando a gente tem, é a co-orientação: que tem um orientador principal, e tem um outro orientador que vai ajudar aquele orientador principal num mestrado, doutorado... Do mesmo jeito é a coprodução, eu penso, né? Às vezes você tá desenvolvendo uma atividade, alguma questão, algum conteúdo e tem alguém aí pra contribuir e para enriquecer aquele material. Talvez você não seja o produtor principal pois aquela ideia ali já tá montada, mas quando você contribui e enriquece – não se apropriando da ideia do outro mas trazendo uma contribuição – eu entendo como coprodução, sim. [Coautoria] Eu acho que seria pensar junto um conteúdo, ou pensar junto uma atividade, ou pensar juntos um produto. Seria como produzir em partes iguais, né? No caso, seria autor tal qual a outra pessoa só que dois pensando ao mesmo tempo. Por exemplo, duas pessoas desenvolvendo uma receita culinária: “Ah, eu faço uma parte, que tal uma ideia, que tal outra, que tal isso, que tal aquilo...”. Os dois ao mesmo tempo. Duas ou mais pessoas.

A P3C1, dentre os professores-cursistas, foi a que apresentou maiores dúvidas e, conseqüentemente, a concepção mais resumida:

Coprodução, confesso não saber o significado. Talvez seja “juntar algo”, é o que vem na minha cabeça num primeiro momento. Coautoria... também não sei muito bem o significado desse termo, pelo que entendo do significado de autor, que seria eu criar algo meu, criar meu material didático por exemplo.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

Mas coautor realmente não tenho certeza, talvez eu e uma outra pessoa criar algo junto.

Como pode ser visto, os professores-cursistas não possuem conceitos bem delimitados de “coprodução” e “coautoria”, embora isso nem seja necessário à risca, pois ambos abordam um mesmo fenômeno, apenas com a perspectiva distinta. A coautoria tem foco nas pessoas agentes da (re)produção, enquanto coprodução tem foco na ação de (re)produção colaborativa propriamente dita. Logo, uma coprodução pode ter inúmeros autores e coautores, sejam estes (co)autores por contribuírem no momento da produção de dado material, seja por contribuírem na atualização ou no aprimoramento de outras versões do material. A autoria não é negada ou anulada nos REAs, é preciso frisar continuamente, mas o conceito de “autor” se expande quando pensamos “em rede” e nas possibilidades de inúmeras (re)produções e, conseqüentemente, coautorias. “No ELO em Nuvem, quem se apropria de um material e o adapta passa a ser coautor dele, embora talvez o autor do material original não o saiba” (Costa, 2016:87).

Também foi perguntado a cada um dos docentes entrevistados a opinião deles sobre uma possível apropriação de algum material produzido por eles em próximas edições do curso de (re)produção de REAs com base no ELO em Nuvem (Costa, 2016). Em suma, professores-cursistas concordam que essa é a proposta subjacente ao SAA e ao movimento para uma Educação Aberta, e que isso é positivo à colaboração em massa. É o que se nota pelo depoimento de P2C2, por exemplo:

Eu ia gostar bastante de saber que aquilo ali [REA produzido por ela] foi aproveitado por alguém, servir de base para outro trabalho... Eu não teria problema nenhum. Eu ia até gostar se fosse feito isso¹, porque realmente existe uma dificuldade, principalmente daquele professor que não tem muito contato com o digital. Fazer, criar de imediato... E quando ele [outro professor] importa, vai servindo de base. Eu acho interessante essa questão de importar [REAs no ELO] e inclusive eu levei ao meu orientador, e ele gostou bastante, pois vai servir com uma certa motivação. Ter uma coisa pronta para se guiar.

A P4C2 concorda com a P2C2 em vários aspectos:

Eu acho que tudo bem [algum professor se apropriar do REA produzido por ela]. Por que quando a gente tem uma plataforma que já tá avisado que é uma plataforma livre, que outras pessoas podem copiar, podem modificar o

¹Tal depoimento evidencia também o prazer da autoria na elaboração de materiais didáticos para o ensino de línguas por parte de docentes, tópico que tem chamado nossa atenção e sobre o qual debatemos de forma mais pontual em Leffa, Costa e Beviláqua (*no prelo*).

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

seu conteúdo, você já tá sabendo, sim. Se fosse para fins comerciais, eu não iria gostar. Mas sendo pra... Eu já sabendo para quê finalidade, o uso da plataforma, eu não me importaria. Eu ficaria inclusive bem feliz assim... “ah que bom, gostei, vou adaptar, vou mudar alguma coisa, vai servir pra mim”. Eu vejo pelo menos aquela atividade tá bem “rodada”. Eu fico olhando o número de acessos que a minha atividade tem. Eu acho bem bacana, eu gostei, sim.

Mais do que a produção de um REA para seu uso individual, ou da apropriação de algum conceito teórico mais aprofundado de “coautoria” e “coprodução”, acreditamos que a superação do paradigma individualista da posse total de um REA por parte dos professores é o resultado mais positivo.

Afinal, participar de um movimento para a Educação Aberta e pensar o ensino e a aprendizagem de línguas pautado em uma filosofia REA é algo que demanda a superação de noções de “posse” e de “trabalho individual”, para a contribuição de um coletivo (Costa, 2016:88).

Sobre isso, os professores-cursistas aparentaram compreender, de forma proveitosa, a proposta benéfica do “dar e receber”: contribuir futuramente com outros produtores de material didático implica em ter contribuições por meio das conexões em rede estabelecida via repositório digital de REAs do ELO em Nuvem. As noções de “coprodução” e “coautoria” configuram relações de mutualismo (Paiva, 2013), nas quais todas as partes envolvidas se beneficiam a tal modo que são “mais” juntas do que seriam individualmente, como a máxima já comum nas Teorias da Complexidade (Morin, 2011) de que o todo é maior que a soma das partes. Eis a finalidade maior da ressignificação das ideias de autoria e produção: potencialização, conexão e expansão das práticas colaborativas e das (co)produções de REAs (Costa, 2016).

7. Considerações finais

Pithan e Vidal (2013) apontam que o plágio se dá em diferentes âmbitos, como o da ética e o jurídico. No caso do âmbito institucional, os autores esclarecem que o plágio se apresenta com diferentes significados de acordo com a cultura. Algumas culturas, quanto ao plágio, podem ser mais rígidas, menos colaborativas, mais ancoradas em leis, etc. Neste artigo, objetivamos avaliar “a cultura brasileira” na ótica de professores de línguas envolvidos com cursos de capacitação para o trabalho com REAs.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

Os resultados deste estudo confirmam que os professores de línguas: (1) têm consciência da importância da coautoria e da colaboração na produção de REAs; (2) desconhecem (ou ignoram) algumas leis brasileiras envolvendo as questões de direitos autorais, quando há necessidade de enfatizar a produção de material didático adequado ao seu contexto docente, bem como apontado no estudo de Lima e Rodrigues (2014); e (3) têm medo de cometer “plágio”, a tal ponto que podem considerar a questão da não adaptação do material, o que não consta na aceção formal.

A conclusão parece ser o investimento nos SAAs e na capacitação docente para usá-los. Os SAAs, de modo mais automático, podem ajudar os professores de línguas no momento da (re)produção de REAs, sobretudo no que tange a dois problemas distintos, mas que se relacionam indiretamente: (a) a infração do direito de uso, que pode ser evitada pelo emprego correto de selos CC, e (b) a ausência de referência e respeito à autoria, o que configuraria plágio. Nesta pesquisa, apresentamos o SAA ELO em Nuvem, que emprega licença CC e registra automaticamente a autoria de materiais. Outros softwares e repositórios de REAs, contudo, podem ser popularizados no meio acadêmico, para esse mesmo fim de facilitação do trabalho docente. Quanto mais SAA circularem pelo meio acadêmico, maior será a rede de (co)produção e (co)autoria entre educadores.

Referências

AMIEL, T. Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In: SANTANA, B; ROSSINI, C; PRETTO, N. de L. (Org.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*. Salvador: EDUFBA, 2012.

BARBASTEFANO, R. G.; SOUZA, C. G. Percepção do conceito de plágio acadêmico entre alunos de Engenharia de Produção e ações para sua redução. *Revista Produção Online*, v. 7, 2007.

BEVILÁQUA, A. F. *Linguagens e Tecnologias a Serviço de uma Ética Maior: a Produção de Recursos Educacionais Abertos na Perspectiva dos Letramentos Críticos*. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2017.

BEVILÁQUA, A. F.; LEFFA, V. J.; COSTA, R. A.; FIALHO, V. R. Ensino de Línguas Online: um Sistema de Autoria Aberto para a produção e adaptação de Recursos Educacionais Abertos. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 190-200, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1999.

BRASIL. *Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Lei de Direitos Autorais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm>. Acesso em: 11 jul. 2018.

COSTA, A. R. *Professores de línguas “na” e “em” rede? Formação continuada de educadores para práticas abertas de (re)produção de materiais didáticos online*. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2016.

CREATIVE COMMONS. *Sobre as Licenças*. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005.

GUION, L. A.; DIEHL, D. C.; MCDONALD, D. *Conducting an in-depth interview*. University of Florida Cooperative Extension Service, Institute of Food and Agricultural Sciences, EDIS, 2001.

HILTON, J; JOHNSON, A; STEIN, J; WILEY, D. The four R's of openness and ALMS analysis: frameworks for open educational resources. *Open Learning: The Journal of Open and Distance Learning*, v. 25, n. 1, p. 37-44, 2010.

KROKOSZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, 2011.

KROKOSZ, M. *Outras palavras sobre autoria e plágio*. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

LEFFA, V. J. Como produzir materiais para o ensino de línguas. In: LEFFA, V. J. (Org.). *Produção de materiais de ensino: teoria e prática*. Pelotas: Educat, 2008. Disponível em <http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/prod_mat.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. *Tópicos em lingüística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 211-236.

LEFFA, V. J. Sistemas de autoria para a produção de objetos de aprendizagem. In: BRAGA, J. (Org.). *Integrando tecnologias no ensino de Inglês nos anos finais do Ensino Fundamental*. São Paulo: Edições SM, 2012.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

LEFFA, V. J. Uma outra aprendizagem é possível: colaboração em massa, recursos educacionais abertos e ensino de línguas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, nº 55/2, p. 353-377, 2016.

LEFFA, V. J.; COSTA, A. R.; BEVILÁQUA, A. F. *O prazer da autoria na elaboração de materiais didáticos para o ensino de línguas. No prelo.*

LÉVY, P. *Cibercultura*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34. 1999.

LIMA, S. M. M.; RODRIGUES, B. G. Recursos educacionais abertos: reflexões sobre as possibilidades atuais no ensino de língua inglesa mediante a inflexibilidade da Lei 9.610 do direito autoral. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*. Goiás, v. 7, p. 396-403, 2014.

LITTO, F. M. Recursos educacionais abertos. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.

MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina. 2011.

PAIVA, V. L. M. de O. Interação e aquisição de segunda língua: uma perspectiva ecológica. In: GERHARDT, A. F. L. M.; AMORIM, M. Á. de; CARVALHO, Á. M. (Org.). *Linguística aplicada e ensino de língua e literatura*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 187-205

PHITAN, L. H.; VIDAL, T. R. A. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. *Direito & Justiça*, v. 39, n. 1, p. 77-82, 2013.

SANTOS, A. I. *Open educational resources in Brazil: state of the art, challenges and prospects for development and innovation*. Moscow: UNESCO, 2011. Disponível em: <<http://www.iite.unesco.org/pics/publications/en/files/3214695.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SANTOS, A. I. *Recursos Educacionais Abertos no Brasil: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.

UNESCO. *Declaração REA de Paris em 2012*. Paris, 20 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese/Declaration.html>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

ANEXO 1

Tabela 1: Informações sobre o Curso 1 e o Curso 2.

	Curso 1	Curso 2
Modalidade do curso	EaD	<i>Blended Learning</i> (parte EaD, parte presencial)
Público-alvo do curso	Professores-formadores, professores-tutores e egressos do curso de Letras-Espanhol EaD da UAB/UFSM	Acadêmicos de cursos de graduação e pós-graduação da UNICAP-Recife
Enfoque do trabalho	REAs para o ensino e a aprendizagem de espanhol	REAs para o ensino e a aprendizagem de línguas (português, inglês, espanhol)
Duração do curso em horas	40 horas	30 horas (15 horas na modalidade presencial, 15 horas na modalidade EaD)
Meses de implementação do curso	Julho, agosto e setembro de 2016	Setembro e outubro de 2016
Número de sujeitos inscritos no curso	14	22
Número de cursistas que iniciaram o curso²	12	11
Número de cursistas que concluíram o curso	7	10
Número de cursistas que participaram das entrevistas	6	4
Meses da realização das coletas de dados	Setembro e outubro de 2016	Outubro e novembro de 2016

Fonte: Costa (2016).

²Com base em Costa (2016), foi considerado o número divergente de educadores que se inscreveram e iniciaram o curso em função da significativa parcela de sujeitos de pesquisa que, ainda que adicionada ao grupo no Facebook no qual o curso se deu, não participou em nenhuma ocasião, tampouco chegou a visualizar os materiais que foram publicados. No Curso 1, apenas 2 docentes não participaram. No Curso 2, contudo, apenas metade dos 22 professores-cursistas que participaram da parte presencial do curso deram seguimento ao trabalho na modalidade EaD. A professora responsável pela organização do curso – da parte da UNICAP – possibilitou que os professores-cursistas cumprissem apenas a primeira parte do curso, que foi presencial, obtendo assim 1 crédito acadêmico, enquanto que os que concluíram a segunda parte do curso totalizaram 2 créditos.

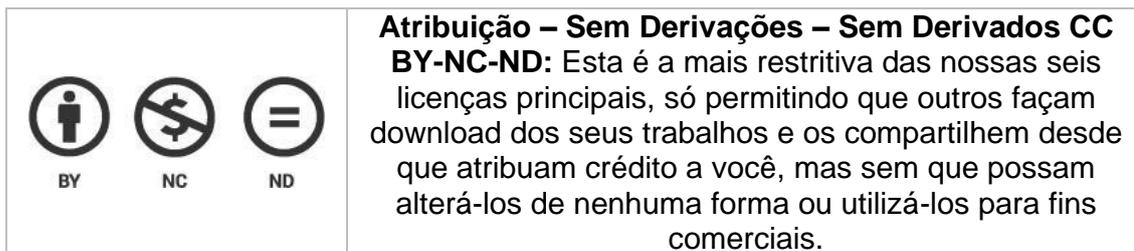
DIÁLOGO E INTERAÇÃO

ANEXO 2

Tabela 2: Tipos de licenças CC.

 BY	<p>Atribuição - CC BY: Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.</p>
 BY SA	<p>Atribuição - Compartilha Igual CC BY-SA: Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Esta licença costuma ser comparada com as licenças de software livre e de código aberto "copyleft". Todos os trabalhos novos baseados no seu terão a mesma licença, portanto quaisquer trabalhos derivados também permitirão o uso comercial. Esta é a licença usada pela Wikipédia e é recomendada para materiais que seriam beneficiados com a incorporação de conteúdos da Wikipédia e de outros projetos com licenciamento semelhante.</p>
 BY ND	<p>Atribuição - Sem Derivações CC BY-ND: Esta licença permite a redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído a você.</p>
 BY NC	<p>Atribuição - Não Comercial CC BY-NC: Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.</p>
 BY NC SA	<p>Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual CC BY-NC-SA: Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.</p>

DIÁLOGO E INTERAÇÃO



Fonte: <<https://br.creativecommons.org/licencas/>>.

Recebido em: 10/05/2020.

Aprovado em: 20/08/2020.